

ASPECTOS DE ENUNCIÇÃO E AUTORIA DISCURSIVA EM TRÊS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

Antônia Alves Pereira *

Resumo: Neste trabalho mostramos aspectos da enunciação e autoria discursiva em três diferentes línguas indígenas brasileiras. Em algumas partes, fazemos uma ligeira comparação desses aspectos nessas línguas com os da língua portuguesa. Procuramos demonstrar que em cada uma dessas línguas, o enunciador tem uma forma peculiar de se relacionar com a informação que enuncia, ora apresentando a fonte da informação como provinda dele mesmo, ora tomando distância e reportando a responsabilidade do que enuncia a outrem.

Palavras-chave: Enunciação. Autoria discursiva. Línguas indígenas. Língua portuguesa.

ASPECTS OF ENUNCIATION AND DISCURSIVE AUTHORSHIP IN THREE BRAZILIAN INDIGENOUS LANGUAGES

Abstract: In this work we present aspects of the enunciation and discourse in three indigenous languages. In some parts we make a slight comparison of these aspects in these languages with the Portuguese language. We demonstrate that in each of these languages, the utterer has a peculiar way of relating to information that spells out; sometimes showing the source of the information provided him. Other times showing it as responsibility of others.

Keywords: Enunciation. Discursive authorship. Indigenous languages. Portuguese language.

Introdução

O objetivo deste trabalho é mostrar aspectos da relação entre enunciação e autoria discursiva, exibindo a posição do enunciador em relação ao discurso que profere. Esses aspectos foram analisados em três línguas indígenas brasileiras, sendo feita, em alguns momentos, uma ligeira comparação com a língua portuguesa. As línguas indígenas envolvidas nesta investigação são as que aparecem a seguir: Caxinauá, Kamaiurá e Asurini do Xingu. O Caxinauá é uma língua do grupo Pano, o povo falante dessa língua está localizado na bacia do Juruá-Purus, entre o Brasil e o Peru. Os dados referentes a essa língua e utilizados no presente trabalho encontram-se em Camargo (1996). As línguas Kamaiurá e Asurini do Xingu pertencem à família Tupi-Guarani, tronco Tupi, sendo que o Kamaiurá está no subconjunto VII, e o Asurini do Xingu no subconjunto V, conforme Rodrigues e Cabral (2002). Os dados referentes ao Kamaiurá foram retirados de Seki (2000). Já os dados do Asurini do Xingu foram todos coletados por nós *in locu* a

partir de textos variados, dentre eles: textos procedurais, textos narrativos e textos argumentativos.

Nas línguas indígenas brasileiras são poucos os estudos feitos exclusivamente sobre a linguística da enunciação. Isso pode ser explicado pelo fato dos estudos com essas línguas ainda serem considerados recentes. Como se sabe, são poucas as línguas indígenas de nosso país que contam com uma descrição gramatical completa. Se esse tipo de estudo é relegado, pelo que podemos perceber, para etapas posteriores – quando já se tem uma descrição satisfatória da língua – não é estranho, portanto, sua raridade nos estudos dessas línguas, especificamente no caso do Brasil.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: procuramos inicialmente introduzir a discussão sobre o fenômeno da enunciação através de teóricos como Benveniste (1991), Greimas e Courtés (1979), Ducrot (1982) e Bakhtin (1997). Em seguida, mostramos como o locutor se relaciona com o discurso que enuncia nas três línguas acima citadas e, na sequência, apresentamos nossas considerações finais.

A enunciação

A enunciação é definida por Benveniste como o ato de dizer, a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização (BENVENISTE, 1991), ou seja, o falante utiliza-se da língua para produzir enunciados. Se a enunciação é a instância constitutiva do enunciado, ela é a instância linguística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado, o qual comporta seus traços e marcas.

Greimas e Courtés (1979, p. 123) definem o enunciado como estado resultante da enunciação independentemente de suas dimensões sintagmáticas, isto é, o enunciado é concebido como um processo da enunciação.

A teoria polifônica da enunciação é percebida por Ducrot (1982) da seguinte forma:

Na linguagem cotidiana, o locutor seria o que é o autor na linguagem teatral (e, aliás, o que seria o narrador no relato). O enunciador, por sua parte, corresponderia à personagem de teatro (e ao sujeito de consciência do relato). Assim, como o autor Molière põe em cenas personagens como Don Juan e Sganarelle, assim o locutor põe também os enunciadores em cena. (DUCROT 1982, p. 271).

Partimos, dessa forma, de uma concepção enunciativa de língua(gem), segundo a qual, o discurso é construído na enunciação, resultante da ação dos sujeitos envolvidos. A linguagem na concepção de Bakhtin é essencialmente dialógica, pois não é constituída individualmente, mas a partir da influência do outro durante a produção do discurso. Partindo desse pensamento, a linguagem, conforme esse autor, não é neutra, mas guiada por princípios ideológicos constituídos historicamente. Assim, nos enunciados estão presentes traços de discursos que evidenciam a presença do outro, tal como coloca Bakhtin:

[...] Em todo enunciado, contanto que o examinemos com apuro, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, descobriremos as palavras do outro ocultas ou semiocultas, e com graus diferentes de alteridade. Dir-se-ia que um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos, falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor. (BAKHTIN, 1982, p. 319).

Partindo disso, pode-se dizer que no discurso há marcas que identificam a posição ideológica dos sujeitos envolvidos na elocução.

Uma análise das marcas discursivas nas três línguas indígenas, acima citadas, demonstra que há diferenças entre as formas de enunciação de um discurso em que o enunciador se assume como seu autor e o discurso, cuja autoria não é assumida por ele.

Benveniste (1982) explorou marcas linguísticas que considera traços enunciativos. Essas marcas podem ser agrupadas em categorias de acordo com a função dos actantes ou dos conteúdos aos quais se refere o discurso:

- Marcas que concernem aos interlocutores: os pronomes pessoais e possessivos que os designam;
- Marcas que se referem ao tempo e ao lugar: os tempos de verbo, pronomes demonstrativos, os advérbios de circunstâncias, os complementos “relativos”;
- Marcas que concernem às modalidades: modalidades proposicionais (ex. é necessário, certo), os auxiliares de modo (ex, poder, dever), alguns adjetivos (ex. admirável, elegível) e alguns advérbios.

Segundo o autor, qualquer enunciação é constituída por quatro elementos: o locutor¹, o alocutário, o lugar e o tempo (da enunciação).

Enunciação e autoria discursiva em Caxinauá, Kamaiurá e Asurini do Xingu

Como dissemos acima, estudos feitos exclusivamente sobre a linguística da enunciação são raros nas línguas indígenas brasileiras. Notamos esse tipo de abordagem, de modo geral, nas descrições morfossintáticas de algumas dessas línguas. Neste artigo, mostramos a enunciação em três línguas indígenas brasileiras, a saber: Caxinauá (CAMARGO, 1995), Kamaiurá (SEKI, 2000) e Asurini do Xingu (PEREIRA, 2009).

Camargo (1995) exhibe um conjunto de sufixos na língua Caxinauá (Pano) que tem como função marcar a atitude que toma o enunciador em relação à informação que transmite: pode apresentar a fonte da informação como provinda dele mesmo, seja sinalizando que ela já é conhecida por outros, seja tomando distância para relatar aquilo que enuncia, ou pode não assumir a responsabilidade pelos fatos apresentados. Quando o enunciador quer assinalar que o que revela é proveniente de uma experiência pessoal e assumindo, portanto, a autoria pelo que relata, usa o sufixo **-ki**, que tem valor conotativo sobre todo o enunciado, como vemos no exemplo do Quadro 01, abaixo².

(01) ikis, i-n nami pi-a-ki
aujourd'hui 1sg-n viande manger-STAR-ki
'aujourd'hui, j'ai mangé de la viande'

Quadro 01: uso do sufixo **-ki** revela valor conotativo e pessoal do enunciador.

Em oposição ao sufixo **-ki**, que marca a experiência pessoal do enunciador sobre o que relata, a língua Caxinauá apresenta o sufixo **-kin**, cuja função, nos dados a seguir, é indicar que o fato apresentado faz parte do saber coletivo da comunidade. Assim, quando é explicado, por exemplo, os costumes da sociedade, em relatos de mitos, segundo Camargo (1995), é necessário o uso do sufixo **-kin**.

(02) disi wa-kin-danainbu-an - sapu bi-kin, (...) tudu wa-kin
hamac faire-kin-Foc femme-an coton cueillir-kin filer faire-kin
'Pour la fabrication du hamac, la femme cueille beaucoup de coton. Ellefile.'

Quadro 02: uso do sufixo **-kin** expressa saber coletivo.

Seki (2000), em análise da língua kamaiurá, apresenta um conjunto de partículas que demonstra a atitude do enunciador em relação ao que enuncia. Através dessas partículas, ele pode assumir a responsabilidade pelo que enuncia, pode delegar essa responsabilidade a outro enunciador, pode apresentar uma atitude de desvalorização do participante da interação com relação a ele. Segundo a autora, quando o enunciador faz uso de **rak** em seu enunciado, implica que o evento é atestado por ele; já se o enunciador usa **je** está indicando que o fato foi reportado por outrem, não sendo, assim, atestado por ele.

(03) wetepe ne rak okoj etsak=awa rane py
todos As At Dist 3-ver=PI Cont Ms
'todos o viram [o objeto luminoso]'

Quadro 03: uso da partícula **rak** indica evento atestado por enunciador.

(04) tapi'ir-a je o-ker o-'up
anta-N Rep 3-dormir 3-Hrz
'a anta, dizem, estava deitada dormindo'

Quadro 04: uso da partícula **je** representa fato reportado por outrem.

Nessa língua, quando o enunciador quer apresentar atitude atenuativa, ou depreciativa, segundo Seki (2000), recorre a um grupo de partículas, citamos como

exemplo, aqui, a partícula **a'ikĩ**.

(05) kunu'um-er-a 'ikĩn ywate o-kwap
menino-Col-N Aten alto 3-estar/PI
'os meninos, coitados, estavam no alto'

Quadro 05: uso da partícula **a'ikĩ** denota atitude atenuativa ou depreciativa.

Em Asuriní do Xingu, há um grupo de partículas que permitem ao enunciador posicionar-se diante das informações que enuncia. Pereira (2009) mostra que o enunciador pode atestar ou não as informações que relata e pode apresentar uma atitude depreciativa em relação ao fato que relata. Quando o enunciador atesta ou se responsabiliza pelas informações que transmite, pode fazer uso de duas partículas **raka** e **vi**. Apesar de essas duas partículas evidenciarem que o enunciador assume a autoria discursiva do enunciado, elas têm usos diferentes: a atestação com **raka** é proveniente de um fato vivenciado pelo locutor, ao que tudo indica no passado, já a outra atestação com a partícula **vi** é feita com base em fatos reais, mas não vividos pelo locutor, ou seja, são fatos que envolvem terceira pessoa e que não estão situados no passado. Esses acontecimentos ou são recentes, ou ainda estão se desenrolando. O enunciado constituído com a partícula **vi** se enquadra no que a tipologia linguística vem chamando de categoria de evidencialidade visual, pois o enunciador revela algo que é proveniente de uma experiência sua.

(06) kare'e raka i-vaem-i
hoje At 3-chegar-Circ
'ele chegou hoje'

Quadro 06: uso da partícula **raka**, proveniente de fato vivenciado pelo locutor.

(07) je r-ayra vi txiwa r-ayr-ĩ³ u-jukar ei
1sg Rel-filho Part At catitu rel-filho-Dim 3-matar Part
'meu filho matou filhote de catitu'

Quadro 07: O uso da partícula **vi** evidencia fatos não atestados pelo locutor.

Quando o enunciador não atesta as informações que profere, faz uso da partícula **aka**, partícula de não atestação. O narrador não se compromete com a veracidade do fato que está narrando, isto é, não assume sua autoria. Os dois exemplos abaixo foram retirados de uma narrativa contada pelos antigos asurini. Trata-se de uma história da época em que aniga⁴ roubava crianças e as matava. Na narrativa, uma criança desapareceu da aldeia e, como todos estavam muito preocupados, organizaram-se em grupos para sair à sua procura. Ao saber do desaparecimento, um parente da criança saiu correndo para avisar o pajé e outras pessoas com a intenção de pedir auxílio. Nesse momento, o enunciador (narrador) profere a sentença que se encontra no exemplo do Quadro 8 abaixo.

(08) gy aka ga r-eraka
3PI não At 3sg Rel- procurar
'(dizem que) eles foram à procura dele'.

Quadro 08: uso da partícula **aka** expressa não atestação, ou seja, não comprometimento com a veracidade do fato narrado.

Na sequência da história, quando um grupo encontrou o outro que também procurava pela criança, querendo saber se tinha alguma pista do paradeiro da criança, esse grupo responde com a sentença abaixo:

(09) ure etxak ga nenu - ure etxak nenu - gy aka
1PI ver 3sg.Mas neg 1pl ver neg 3PI não At
'– Nós não o vimos – Nós não o vimos – (dizem que) eles disseram'

Quadro 09: novo exemplo de uso da partícula **aka**.

Encontramos em Bakhtin (1992) a ideia de que a palavra não pertence ao falante unicamente (embora ele se aproprie dela), pois a produção discursiva é influenciada por outros atores, como as pessoas que influenciaram a fala que ora é proferida bem como o ouvinte para quem agora se fala.

Em Português, como se sabe, não há recursos linguísticos que sejam utilizados exclusivamente para isso, como há nas línguas indígenas aqui analisadas. Diante disso, a língua Portuguesa apresenta outros recursos para que o enunciador possa assumir a autoria discursiva do que profere ou delegá-la a outro, como por exemplo, colocar o verbo na terceira pessoa do plural ou fazer uso da partícula apassivadora **se** junto a um verbo de terceira pessoa do singular. Assim sendo, um discurso como o que aparece nos quadros 08 e 09 poderia, na língua Portuguesa, ser dito das seguintes formas: “Dizem que eles foram à procura dele”, ou “Diz-se que eles foram à procura dele”. O falante não se compromete com a veracidade da informação que transmite, deixando o sujeito indeterminado.

Ao fazer uso da partícula **ajepe**, traduzida como “bem feito, ainda bem”, o enunciador demonstra que desaprova (deprecia) uma ação executada por alguém, sendo este merecedor de coisas ruins que ora lhe ocorrem.

(10)	ajepe	ẽ		jemumy'a-ø
	Part	3sg.Fem	estar.triste-Circ	
	'bem feito que ela esteja triste'			

Quadro 10: partícula **ajepe** exprime depreciação ou desaprovação à ação executada por alguém.

O uso que aqui é feito da linguagem é de interpretação e avaliação, envolvendo uma atividade que, conforme Brait, pode ser traduzida como “[...] competência avaliativa e interpretativa de sujeitos em processos interativos.” (BRAIT, 2008, p. 93). Na situação em que tal enunciado é proferido, os interlocutores encontram-se diante de duas situações: por um lado, são conhecedores de uma ação passada, realizada por um sujeito; e por outro, visualizam uma ação que se desenvolve no presente, no caso, o estado de tristeza do sujeito. Por serem conhecedores das duas ações: a passada e a presente podem interpretá-las e com base nessa interpretação julgar a atitude do sujeito na realização da ação passada.

Nesse caso, o julgamento é feito, mediante a boa aceitação das coisas ruins que a ele acontecem e que são o motivo de sua tristeza. Segundo a autora acima citada: “O julgamento da situação interfere diretamente na organização do enunciado e por isso deixa no produto enunciado as marcas do processo de enunciação.” (BRAIT, 2008, p. 93).

No português, os recursos utilizados para esse tipo de enunciação é obtido pragmaticamente, isto é, as expressões só têm aquele valor naquele contexto situacional, pois em outros contextos ganhariam significados outros, por exemplo, uma expressão como ‘bem feito’, diante de um trabalho que contou com um esforço excessivo por parte de seu executor, não tem outro significado a não ser o de reconhecimento desse esforço, já perante a uma situação em que um sequestrador leva um tiro da polícia, adquire um sentido irônico. Em ambos os casos, a entidade que recebe a ação é merecedora dela, a diferença consiste no fato de que num primeiro caso a sanção é positiva e no segundo caso é negativa para o recebedor, soando, assim, como ironia por parte de quem a enuncia nesse último caso. Esse fato linguístico corrobora com o que colocam Bakhtin e Medvedev “O significado da palavra está também ligado à história através do ato único de sua realização.” (BAKHTIN; MEDVEDEV, 1978, p. 120).

O locutor pode apresentar diversas atitudes diante do enunciado que profere. As atitudes e os recursos utilizados são variáveis nas línguas, vemos, pois que a linguagem é como coloca Benveniste “A possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas.” (BENVENISTE, 1991, p. 289).

Considerações finais

Nesse trabalho, procuramos mostrar aspectos da enunciação e autoria discursiva em três línguas indígenas brasileiras: Caxinauá, Kamaiurá e Asurini do Xingu. No decorrer do trabalho, ficou evidenciado que essas línguas apresentam recursos variados no que se refere à relação do enunciador com a informação que enuncia. Vimos que cada uma dessas línguas oferecem formas que permitem o enunciador se aproximar do que enuncia, assumir a autoria do discurso que profere, ou se distanciar, conforme não ateste a informação ou não queira se comprometer

com o que relata.

Esperamos ter ficado evidenciado a importância de o pesquisador de línguas como essas, acima citadas, estudar e compreender fenômenos como os relatados nesse trabalho (enunciação e autoria discursiva), uma vez que a não compreensão de tais fenômenos compromete o tipo de informação que ele transmite. Por exemplo, na tradução de uma narrativa, se o pesquisador desconhecer esse tipo de informação na língua, é provável que apresente uma versão deturpada da narrativa da língua.

Fenômenos como estes mostram o quanto é importante a compreensão da relação entre o que é dito, a forma de dizer e seu significado.

Notas

* Antônia Alves Pereira é professora do quadro permanente da Universidade Federal do Pará (UFPA), doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Letras, Linguística e Teoria Literária pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e graduada em Letras pela mesma universidade. Possui pós-doutorado pela UNICAMP (2012) na área de Linguística Textual em interface com Linguística Aplicada e desenvolve projetos de pesquisa nas áreas de Linguística, Análise e descrição de línguas naturais, Linguística Textual em Referenciação, Discurso e Ensino. E-mail: antonia@ufpa.br

¹ Os termos locutor e enunciador são usados aqui indistintamente.

² Os quadros presentes no artigo utilizam as seguintes abreviaturas e convenções:

At	Atestado
Aten	Atenuativo
Circ	Modo circunstancial
Dim	Diminutivo
Fem	Falante de sexofeminino
Mas	Falante de sexomascuino
Nom	Nominalizador
N	Nominalizador de argumento nuclear
Neg	Negação
Part	Partícula
Pl	Plural
Rep	Reportado
Rel	Prefixo relacional
Sg	singular
1	1 a pessoa
2	2 a pessoa
3	3a pessoa

³ Em Asurini, o diminutivo tem a capacidade de criar palavras, aqui não é filhinho e sim filhote.

⁴ Aniga é um ser mitológico na cultura asurini.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. E MEDVEDEV, P.N. **The formal method in literary scholarship: a critical introduction to sociological poetic.** Cambridge, Londres: Havard University Press, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1997.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente da linguagem. In BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: Dialogismo e construção dos sentidos.** Campinas, Ed. Unicamp, 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I.** Campinas, Pontes Unicamp, 1991.

CAMARGO, Eliane. Valeurs médiatives em caxinauá. In: GUENTCHÉVA Zlatka (org.). **Information grammaticalisée.** Peeters-Paris, 1995.

DUCROT, Oswald. **El decir y lo dicho.** Buenos Aires: Hachette, 1984.

GREIMAS A. J. e COURTÉS, J. **Sémiotique – Dictionnaire Raisonné de La Théorie du Langage I.** Paris: Hachette, 1979.

PEREIRA, Antônia Alves. **Estudo Morfossintático do Asurini do Xingu.** Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.

RODRIGUES, Arion. D. Relações internas na família Tupí-Guaraní. In: **Revista de Antropologia**, vol. 27-28, 1985, p. 53-33.

_____. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Edições Loyola 1986.

RODRIGUES, Arion D.; CABRAL, Ana Suely. Revendo a classificação interna da família Tupi-Guaraní. In CABRAL. A. S.; RODRIGUES, A. D. (orgs.). **Línguas Indígenas Brasileiras.** Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do GTLI da ANPOLL. Belém, vol.1, 2002.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá: Língua tupi-guaraní do alto Xingu.** Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo, Imprensa Oficial, 2000.

Recebido em: abril de 2014.

Aprovado em: maio de 2014.